



Número: **0840725-10.2022.8.19.0038**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu**

Última distribuição : **18/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 681.481.168,50**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
RIOPET EMBALAGENS S.A. (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO) EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS registrado(a) civilmente como EVARISTO ARAGAO FERREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) ALEXANDRE BRASILIENSE TERTO (ADVOGADO)
INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
RESIN PLASTICOS LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
BMW PARTICIPACOES LTDA (REQUERENTE)	HAYNA BITTENCOURT (ADVOGADO) JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT (ADVOGADO) MARCELLA DE AUGUSTO MOREIRA (ADVOGADO) VICTOR ASSUMPÇÃO DE SOUZA (ADVOGADO)
HAYNA BITTENCOURT (REPRESENTANTE)	GLAUCIA CRISTINA MACHADO (ADVOGADO)
1º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	
2º Ofício de Protesto de Títulos de Duque de Caxias (REQUERIDO)	
3º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU ESTADO DO RIO DE JANEIRO (REQUERIDO)	
2º Ofício de Justiça de Rio Bonito (REQUERIDO)	
Cartório Ofício Único de Cordeiro (REQUERIDO)	
IEPTB-SP-Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (REQUERIDO)	
FIDC CARIÓCA (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO) SERGIO SANTOS HERDINA (ADVOGADO)
FIDC GOAL (REQUERIDO)	OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO)

FIDG SIGOOB (REQUERIDO)			OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO) RAFAEL DE MELLO E SILVA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
FIDG TEMPO (REQUERIDO)			OTTO WILLY GUBEL JUNIOR (ADVOGADO)
Murilo Matuch de Carvalho (ADMINISTRADOR JUDICIAL)			
MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS (ADMINISTRADOR JUDICIAL)			MURILO MATUCH DE CARVALHO (ADVOGADO)
BANCO SOFISA S A (INTERESSADO)			HERNANI ZANIN JUNIOR (ADVOGADO)
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
62101276	07/06/2023 15:33	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Nova Iguaçu

3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu

Avenida Doutor Mário Guimarães, 968, 2º Andar, Centro, NOVA IGUAÇU - RJ - CEP: 26255-230

DECISÃO

Processo: 0840725-10.2022.8.19.0038

Classe: RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

REQUERENTE: RIOPET EMBALAGENS S.A., INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA, RESIN PLASTICOS LTDA, BMW PARTICIPACOES LTDA

REPRESENTANTE: HAYNA BITTENCOURT

Com relação ao Id. 55858108, manifestação do Credor PINARELLO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, em que afirma que a Recuperanda não se manifestou sobre os embargos de declaração de Id. 43721798, embora tenha sido assim determinado na decisão de Id. 45004848. Consta dos autos certidão de Id. 56358862 certificando que, “após o decurso do prazo não houve manifestação da recuperanda”.

Passo a decidir, portanto. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo citado credor em face da decisão de Id. 36743744, que concedeu tutela provisória para suspender os efeitos dos protestos listados no anexo 22 trazido pelas Recuperandas, além de determinar a abstenção de novos protestos por parte dos clientes listados no anexo 23. Alega a existência de obscuridade no referido decisório, na medida em que, como alega, entendeu-se que os protestos tirados contra os clientes das Recuperandas seriam exigíveis contra as próprias Embargadas, premissa essa que seria equivocada, eis que a exigibilidade apenas recairia contra as Embargadas, ora Recuperandas, em caso de vícios ou exceções na origem dos direitos creditórios concedidos ou de inadimplências dos sacados dos direitos creditórios. No entanto, verifica-se que a decisão de Id. 36743744 já está sendo apreciada em sede de Agravo de Instrumento (n^{os}. 0012457-59.2023.8.19.0000, 0095978-33.2022.8.19.0000, 0099398-46.2022.8.19.0000, 0023147-50.2023.8.19.0000). Sendo assim, deve-se **aguardar a decisão final da instância superior**.

No tocante ao Id. 56137413, manifestação das Recuperandas informando que recolheram as custas para expedição do mandado de pagamento referente ao depósito efetuado pelo Credor Banco Sofisa, no valor de R\$ 1.558.578,12, e informando a conta bancária para transferência, não houve decisão determinando o levantamento já que objeto de recurso.

Com relação aos Ids. 56233835 e 56233847 (JBE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS), 61289993 (COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S.A. e Outra), 61351451, 61351458 e 61351489 (DSX FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS e Outros), 61480027 (BANKORP SECURITIZADORA DE CRÉDITO S/A.),



61489734 (COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS INTEGRANTES DO MINISTERIO PUBLICO E DA DEFENSORIA PUBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LIMITADA - SICOOB COOMPERJ) e 61490601 (COOPERATIVA DE CREDITO CLASSICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB EMPRESAS RJ): Trata-se de objeções ao Plano de Recuperação Judicial, apresentadas tempestivamente. Devendo o **Administrador Judicial agendar oportunamente a Assembleia Geral de Credores**, em obediência ao Art. 56 da LRF.

Com relação ao Id. 56333205, Embargos de Declaração do Credor Banco Sofisa S.A. em face da decisão de Id. 55848100, em que alega a existência de contradição, porquanto a referida decisão se fiou em certidão cartorária, e que, na forma do alegado, 'a mencionada e transcrita certidão é contraditória, posto que, inicialmente, informa que o EMBARGANTE foi devidamente intimado da decisão que determinou a liberação de valores (ID 45539942), em 23/02/2023, no entanto, logo após, afirma, expressamente, que o patrono do EMBARGANTE foi cadastrado no sistema apenas NAQUELA DATA, ou seja, em 18/04/2023'.

Sendo assim, proferi decisão de Id. 56515220 determinando a manifestação da embargada e do AJ.

Em Id. 60674698, manifestação das Recuperandas informando que o Credor Banco Sofisa interpôs o Agravo de Instrumento nº 0029990-31.2023.8.19.0000 contra a r. decisão de ID 45539942 e ID 51896553, "sem mencionar, contudo, a r. decisão supracitada de ID 55848100", e que "entendeu o MM. Relator por não deferir o efeito suspensivo de pronto, abrindo-se prazo às Recuperandas para contrarrazoarem o recurso", tendo informado que, em resposta, pleitearam a declaração de intempestividade.

Assinalam que, "até o presente momento, ainda não fora levantada pelas Recuperandas a quantia de R\$ 1.558.578,12 já depositada nestes autos pelo Banco Sofisa, apesar de NÃO ter sido deferido o efeito suspensivo pleiteado pelo Banco em seu Agravo."

Finalmente, informam que "as Recuperandas se comprometem em devolver o valor levantado (por meio de depósito judicial nestes autos), na remota e improvável hipótese de ser dado provimento ao Agravo de Instrumento do Banco Sofisa", registrando que já efetuaram o recolhimento das custas para expedição do competente mandado (Id. 56137413). Reiteram, via de consequência, o requerimento para que o valor depositado em juízo seja imediatamente depositado para conta que apontam, pleiteando a majoração da multa aplicada ao Credor Banco Sofisa para o importe de R\$300.000,00.

Por fim, prestam contas dos valores devolvidos pelo Banco Itaú diretamente na conta das Recuperandas. **Ciência às partes.**

Em Id. 61105596, manifestação do Administrador Judicial opinando favoravelmente ao pedido de levantamento do valor bloqueado pelo Banco Sofisa, tendo em vista que há expressa ordem emanada nos autos nesse sentido, em Ids. 45539942 e 51896553, bem como ao pedido de penhora online do valor da multa aplicada ao referido Credor no importe de R\$300.000,00, que até o momento não foi depositado nos autos.

Diante do relatório dos autos, Passo a Decidir.

De início, quanto aos Embargos de Declaração de Id. 56333205, diga-se que a Embargante aponta contradição entre certidão cartorária e decisão deste Juízo, mas é fato que a contradição que autoriza a oposição de Embargos de Declaração é de ser verificada internamente na própria



decisão objeto do recurso, na forma do verbete sumular nº 172, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro: “A contradição, para ensejar a interposição de embargos de declaração, deve estar contida no próprio conteúdo da decisão embargada.”

Além disso, em nova certidão de Id. 56358862, a serventia atesta que a “parte interessada foi devidamente intimada, no entanto, como todas as empresas cadastradas no sistema, pelo CNPJ. E que após apresentação de resposta, com pedido de cadastramento do patrono o mesmo foi devidamente cadastrado nos autos. Desta forma, não invalidam as intimações anteriormente feitas no CNPJ do Banco Sofisa, que conforme já foi dito, encontra-se devidamente cadastrado no Sistema PJE, havendo informação de ciência de intimações, de acordo com o já certificado”.

Nessa linha, não tendo sido apontada contradição interna na decisão embargada e diante da ausência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 1.022, incisos I, II e III, rejeito os Embargos de Declaração.

Quanto ao pedido de levantamento feito pela Recuperanda, mantenho minha decisão de suspensão tendo em vista que ainda que não tenha sido dado efeito suspensivo, a matéria esta sendo analisada em sede de Agravo, com competência do Tribunal de Justiça. Aliado ao fato de que não houve caução do valor. Sendo certo que podem, inclusive, as partes recorrerem da presente decisão. Não tendo a autora comprovado a possibilidade de devolução da importância, como já dito.

Na decisão de Id. 51896553, de **30/03/2023**, assim se manifestou esse Juízo:

No mesmo sentido, não há que se reformar a decisão de elevação da multa devendo tal pleito ser objeto do referido Agravo.

Com relação ao Id. 55176755: Trata-se de manifestação de GLOBALPACK PLASTICASE EMBALAGENS PLASTICAS S.A., informando que possui contrato de locação celebrado com a devedora Riopet, tendo por objeto o espaço da planta industrial em que a Recuperanda instalou sua unidade de Vinhedo, Estado de São Paulo. Informa que está instalado no local equipamento da devedora, qual seja, linha de produção denominada “Instalação Matrix Sopradora Sidel SB06”, a qual a Recuperanda pretende retirar, conforme mensagem eletrônica comprovadamente recebida, o que seria de interesse da coletividade de credores.

Em Id. 56852049, o Credor SB CRÉDITO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ABERTO MULTISSETORIAL menciona fato relevante trazido no teor da petição de Id. 55176755 referente à permissão solicitada pela Recuperanda de remoção de equipamento relevante para a sua operação consistente na “Instalação Matrix Sopradora Sidel SB06”, que consta do seu rol de ativos. Requer que a Recuperanda apresente pedido formal nestes autos, e que só seja deferido em caso de comprovação de benefício à recuperação judicial.

Em Id. 60650807, as Recuperandas informam que, “visando o incremento da atividade empresarial e o soerguimento das Recuperandas, vislumbrou-se a transferência de equipamentos da filial de Vinhedo/SP para a sede em Nova Iguaçu/RJ, pois isso facilitará a operação, sendo forma de maximização de ativos e considerável redução de custos”, sendo os seguintes:

o Serigrafia marca Dubuit – modelo 150 TA UV LG nº série 4383

o Compressor de ar modelo WH50H3N

o Resfriador modelo FC – circuito Fechado



- o Matrix Sopradora Sidel SB06 e periféricos
- o Rotuladora Technopack e acessórios
- o Painel elétrico e esteira transportadora de garrafas
- o Sist. vácuo das esteiras transportadoras
- o Visor para inspeção de garrafas e kit de ferramentas Sidel
- o Compressor Bellis Morcom e Skid com painel elétrico e reservatório
- o Transformador, Coluna Elevadora e passarela
- o Balanças, polariscópio, cortador de garrafas e outros
- o Ar condicionado 90000 BTU
- o Ar condicionado split 80000 BTU

Informam que solicitaram à Globalpack, em 18/04/2023, a autorização de visitas técnicas em empresas envolvidas na retirada de equipamentos, eis que os três primeiros equipamentos da lista estavam fisicamente localizados dentro da planta industrial desta, diante de contrato celebrado entre as partes, o que motivou a manifestação de Id. 55176755.

Defendem a tese de que todos os referidos equipamentos são de sua propriedade, e são essenciais à sua atividade produtiva, sendo certo que a retirada de Vinhedo/SP e a transferência para sua sede em Nova Iguaçu/RJ não apresenta qualquer risco de prejuízo à Recuperação Judicial ou aos credores.

Pugnam ao final pelo desentranhamento da manifestação da SB Crédito, eis que não é credora nestes autos, bem como pelo indeferimento do pleito da Globalpack, que não possui qualquer ingerência sobre o referido maquinário, com autorização expressa de transferência para a sua sede, e, finalmente, pelo reconhecimento da essencialidade da máquina 'Matrix Sopradora Sidel SB06' à sua atividade produtiva.

Em manifestação, Id. 61105596, o Administrador Judicial opina favoravelmente ao pedido de transferência do maquinário, salientando que "é necessário que as sociedades comprovem a transferência e instalação do maquinário na sua sede".

Passo a Decidir:

Dispõe o Art. 49, § 3º, *in fine* da LRF que é vedada "durante o prazo de suspensão a que se refere o §4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial." Não obstante, como se verifica das manifestações das partes, não se trata de venda ou retirada, mas, sim, de mera transferência de maquinário de um local para outro, para fins de potencializar a própria atividade produtiva das Recuperandas, beneficiando o projeto de soerguimento.

Com efeito, a alocação dos equipamentos em locais logisticamente mais favoráveis beneficia a Recuperação Judicial e favorece os próprios credores, na medida em que majora a probabilidade de sucesso do procedimento recuperacional, motivo pelo qual **defiro a transferência de equipamentos requerida pela Recuperanda**, reconhecendo, desde já, a sua essencialidade. **Determino, outrossim, que as sociedades comprovem a transferência e instalação do**



maquinário denominado 'Matrix Sopradora Sidel SB06' na sua sede, no prazo de 60 dias.

Com relação aos Ids. 57030355 e 60734682, que tratam de mera reiteração do Id. 52542272 (SB CRÉDITO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL), tenho por uma vez mais indeferir o pedido de habilitação nos presentes autos, determinando o desentranhamento dos referidos pedidos, e **alertando o referido credor que novas petições contendo o mesmo pedido de habilitação serão objeto de análise de ato atentatório à dignidade da Justiça, podendo culminar em sanções previstas em lei.**

Com relação ao Id. 57591637: Dê-se **Ciência às partes do Relatório Inaugural de Atividades das Recuperandas**, apresentado pelo Administrador Judicial Matuch de Carvalho Advogados Associados.

Com relação ao Id. 59482852: Trata-se de pedido de prorrogação do Stay Period levado a efeito pelas Recuperandas, alegando que “o prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos para suspensão das ações e execução ajuizadas em face das Recuperandas, denominado stay period (LRF, art. 6º, §4º), irá expirar em 28/05/2023 (domingo), sendo certo que a legislação aplicável à espécie prevê a possibilidade de prorrogação”.

Informam que a pendência da realização da Assembleia Geral de Credores, de um lado, bem como o término do prazo de suspensão das ações e execuções em face das Recuperandas, de outro, poderá lhes trazer graves prejuízos, diante da necessidade de continuar protegendo o patrimônio das Recuperandas para garantir a superação do estado de crise.

Anotam que o Plano de Recuperação Judicial foi apresentado tempestivamente, em 19/01/2023, e o 1º relatório do Administrador Judicial foi apresentado em 09/05/2023, bem como que já efetuaram o pagamento referente à publicação do Edital de que trata o art. 7º, §2º da Lei 11.101/05, o que demonstra que o atraso na marcha processual não é imputável às Recuperandas, mas, sim, fruto da própria marcha processual, ou seja, inerente ao próprio processo recuperacional e, especialmente, à ‘combatividade’ de alguns poucos credores, que inclusive interpuseram Agravos de Instrumento contra a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

Em Id. 60672317, o Administrador Judicial salienta que “a Jurisprudência dos Tribunais Pátrios, após o advento da Lei 14.112/2020, corroboram a plena possibilidade de prorrogação do prazo de suspensões em face das empresas em recuperação judicial que ainda não tiverem tido realizada a Assembleia Geral de Credores”. Afirma que “não há dúvidas de que as Recuperandas vêm adotando providências para garantir o regular andamento do feito recuperacional”, o que se comprova com a apresentação da relação de credores do AJ e do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas, a evidenciar que o feito tramita regularmente.

É notório que a suspensão da tramitação das ações e execuções individuais em face das empresas em recuperação judicial é medida essencial e necessária em ações como a presente, diante do risco que eventuais constrições descentralizadas de patrimônio representam ao sucesso do projeto de soerguimento. Não por outro motivo a Lei 11.101, de 2005, que privilegia o princípio da Preservação da Empresa, permite expressamente a renovação desse prazo de blindagem, por novo período de 180 dias, desde que o devedor não tenha concorrido com a superação do lapso temporal, na forma do art. 6º, § 4º, com a redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020:

“Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.”



Como se verifica, o feito transcorre normalmente, sendo certo que já foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, a relação de credores do administrador judicial e o relatório inaugural de atividades das Recuperandas, não podendo ser a elas atribuída eventual demora na tramitação do feito, mas, sim, à complexidade natural do feito, que tem tramitação regular.

Nesse sentido, trago as seguintes decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o deferimento da prorrogação do prazo de blindagem em casos como o dos presentes autos, a saber:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO. PRAZO. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência desta Corte entende que a suspensão das ações individuais movidas contra empresa em recuperação judicial pode extrapolar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação.

3. A suspensão da execução pode ocorrer no caso de falência (artigo 6º da Lei nº 11.101/2005).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.717.939/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 28/8/2018, DJe de 6/9/2018.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES JUDICIAIS (STAY PERIOD). ART. 6º, § 4º, DA LEI 11.101/2005. POSSIBILIDADE. PRODUTOR RURAL. REGISTRO MERCANTIL: MERA FACULDADE PARA CONTINUIDADE DO REGULAR EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL. CÔMPUTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL ANTERIOR AO REGISTRO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. Decisão agravada reconsiderada, na medida em que o agravo em recurso especial impugnou devidamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre, exarada na instância a quo.

2. Não ficou demonstrada a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados pela recorrente, adotou fundamentação contrária à pretensão da parte, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o prazo de suspensão das ações e execuções na recuperação judicial, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, pode ser prorrogado "caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação" (AgInt no REsp 1.717.939/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 06/09/2018).

4. O entendimento prevalente em ambas as Turmas da Segunda Seção desta Corte é de que o produtor rural é "empresário não sujeito a registro" (CC, art. 971). Por isso, adquire a condição de



procedibilidade para requerer a recuperação judicial após obter o registro mercantil facultativo, desde que comprove, na data do pedido, o exercício da atividade rural há mais de dois anos, admitindo-se o somatório dos períodos antecedente e posterior ao registro empresarial.

5. Não há distinção de regime jurídico aplicável às obrigações anteriores ou posteriores à inscrição do empresário rural que postula a recuperação judicial, ficando também abrangidas na recuperação aquelas obrigações anteriormente contraídas e ainda não adimplidas (REsp 1.800.032/MT, Rel. p/ acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, j. 5/11/2019, DJe de 10/2/2020).

6. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.991.365/MT, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 12/9/2022, DJe de 22/9/2022.)

Sendo assim, com base nas decisões mencionadas e destacadas acima, considerando ainda que as Recuperandas não concorreram com a superação do lapso temporal, **defiro a prorrogação do prazo de blindagem (Stay Period) nos presentes autos pelo prazo de mais 180 dias, a contar de 28/05/2023**, na forma do art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/05.

Com relação ao Id. 60230671, Habilitação de Crédito do Credor JB CAPITAL SECURITIZADORA S/A: **Venha pela via própria.**

Intimem-se todos da presente decisão, inclusive o MP.

NOVA IGUAÇU, 7 de junho de 2023.

ADRIANA COSTA DOS SANTOS
Juiz Titular

